



Educação Geográfica e Ambiental: estratégias educativas para o exercício da cidadania territorial em Maceió/AL

Geographic and Environmental Education: educational strategies for the exercise of territorial citizenship in Maceió, Alagoas

Educación Geográfica y Ambiental: estrategias educativas para el ejercicio de la ciudadanía territorial en Maceió, Alagoas

Samuel Nunes da Silva

Graduado e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.
samuel.silva@igdema.ufal.br / <http://orcid.org/0000-0003-4088-7745>

Leticia Gabriela Lima Santos

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL.
leticia.santos@igdema.ufal.br

Maria Francineila Pinheiro dos Santos

Doutora em Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – PPGG/UFAL e Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – PROFGEO/UFPE.
francineila.pinheiro@igdema.ufal.br / <http://orcid.org/0000-0002-6908-2441>

Recebido: 31/10/2025; Aceito: 15/11/2025; Publicado: 16/12/2025.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as percepções dos jovens sobre os problemas ambientais em Maceió e propor estratégias educativas que fomentem a cidadania territorial. A investigação seguiu pressupostos qualitativos e exploratórios, combinando pesquisa documental, revisão bibliográfica sobre Educação Geográfica e cidadania territorial e a execução do projeto “Nós Propomos”, realizado com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Maceió/AL. Os principais autores que orientaram o estudo foram Callai (2018), Castrogiovanni (2017), Cavalcanti e Souza (2014), Cavalcanti (2023), Santos e Souto (2018) e Souto e Claudino (2019). A oficina “Cidadania e Educação Ambiental no Espaço Urbano” promoveu a construção de olhares críticos sobre o espaço vivido. Por meio da produção de cartazes, registros fotográficos e rodas de conversa, os estudantes identificaram problemas ambientais no entorno escolar e propuseram intervenções simples, porém significativas. Os resultados indicam que a atividade ampliou o senso de pertencimento, estimulando a consciência sobre a responsabilidade na transformação do meio em que vivem. A prática pedagógica colaborativa evidenciou os jovens como sujeitos ativos no território, reforçando a importância da Educação Ambiental na formação cidadã. Muitos estudantes manifestaram interesse em desenvolver projetos de melhoria local, demonstrando que a Educação Geográfica crítica mobiliza saberes e práticas voltadas à construção de espaços urbanos mais justos e sustentáveis. Ao trabalhar questões socioambientais com jovens de escolas públicas, evidencia-se que esses sujeitos percebem sensivelmente os conflitos urbanos,

revelando a urgência de cidades ecologicamente equilibradas. Assim, a Educação Geográfica ultrapassa os muros da escola, promovendo uma leitura crítica do espaço e contribuindo para mudanças efetivas na realidade social e ambiental.

Palavras-chave: Jovens; Cidade; Educação Transformadora.

Abstract

This study aims to analyze young people's perceptions of environmental problems in Maceió and propose educational strategies that promote territorial citizenship. The investigation followed qualitative and exploratory principles, combining documentary research, a literature review on Geographic Education and territorial citizenship, and the implementation of the “Nós Propomos” project carried out with high school students from a public school in Maceió, Alagoas. The main authors guiding the study were Callai (2018), Castrogiovanni (2017), Cavalcanti and Souza (2014), Cavalcanti (2023), Santos and Souto (2018), and Souto and Claudino (2019). The workshop “Citizenship and Environmental Education in the Urban Space” fostered the development of critical perspectives on lived space. Through the production of posters, photographic records, and group discussions, students identified environmental problems in the school surroundings and proposed simple yet meaningful interventions. Results indicate that the activity broadened their sense of belonging, encouraging awareness of their responsibility in transforming their environment. The collaborative pedagogical practice highlighted youth as active subjects within the territory, reinforcing the importance of Environmental Education in citizenship formation. Many students expressed interest in developing local improvement projects, demonstrating that critical Geographic Education mobilizes knowledge and practices aimed at building more just and sustainable urban spaces. Working on socio-environmental issues with public-school youth reveals that these students sensitively perceive urban conflicts, underscoring the urgency of ecologically balanced cities. Thus, Geographic Education transcends school walls, promoting a critical reading of space and contributing to effective changes in social and environmental realities.

Keywords: Youth; City; Transformative Education.

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar las percepciones de los jóvenes sobre los problemas ambientales en Maceió y proponer estrategias educativas que fomenten la ciudadanía territorial. La investigación siguió presupuestos cualitativos y exploratorios, combinando investigación documental, revisión bibliográfica sobre Educación Geográfica y ciudadanía territorial, y la ejecución del proyecto “Nós Propomos”, realizado con estudiantes de Educación Media de una escuela pública en Maceió/AL. Los principales autores que orientaron el estudio fueron Callai (2018), Castrogiovanni (2017), Cavalcanti y Souza (2014), Cavalcanti (2023), Santos y Souto (2018) y Souto y Claudino (2019). El taller “Ciudadanía y Educación Ambiental en el Espacio Urbano” promovió la construcción de miradas críticas sobre el espacio vivido. Por medio de la elaboración de carteles, registros fotográficos y círculos de conversación, los estudiantes identificaron problemas ambientales en el entorno escolar y propusieron intervenciones simples, pero significativas. Los resultados indican que la actividad amplió el sentido de pertenencia, estimulando la conciencia sobre la responsabilidad en la transformación del medio en el que viven. La práctica pedagógica colaborativa evidenció a los jóvenes como sujetos activos en el territorio, reforzando la importancia de la Educación Ambiental en la formación ciudadana. Muchos estudiantes manifestaron interés en desarrollar proyectos de mejora local, demostrando que la Educación Geográfica crítica moviliza saberes y prácticas orientadas a la construcción de espacios urbanos más justos y sostenibles. Al trabajar cuestiones socioambientales con jóvenes de escuelas públicas, se evidencia que estos sujetos perciben de manera sensible los conflictos urbanos, revelando la urgencia de ciudades ecológicamente equilibradas. Así, la Educación Geográfica trasciende los muros de la escuela, promoviendo una lectura crítica del espacio y contribuyendo a cambios efectivos en la realidad social y ambiental.

Palabras clave: Jóvenes; Ciudad; Educación Transformadora.

Introdução

A relação entre cidadania e Educação Ambiental está no cerne das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a participação ativa dos indivíduos na construção de espaços mais equilibrados e justos. O projeto Nós Propomos, idealizado para estimular a participação cidadã nos processos de transformação dos territórios, encontra na Educação Geográfica uma ferramenta essencial para promover esse engajamento. Nesse contexto, a oficina de cidadania e Educação Ambiental surge como uma possibilidade pedagógica voltada à integração dos estudantes no debate sobre a dinâmica socioespacial de seus bairros.

A relevância deste estudo evidencia-se à medida que a realidade socioambiental de bairros periféricos, como o Benedito Bentes, em Maceió, revela sérios desafios relacionados à desigualdade territorial e à precariedade dos serviços urbanos. Assim, compreender como jovens estudantes percebem e reinterpretem esses problemas a partir da Educação Geográfica e Ambiental contribui para fortalecer práticas educativas que dialogam com a cidadania territorial.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as percepções dos jovens sobre os problemas ambientais da cidade de Maceió e propor estratégias educativas que fomentem o exercício da cidadania territorial.

A metodologia adotada possui caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e no desenvolvimento de um projeto de cidadania territorial com estudantes da escola-campo. Além disso, foram realizadas oficinas pedagógicas com estudantes do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Marcos Antônio Cavalcante, localizada no bairro Benedito Bentes, em Maceió, buscando articular teoria e prática na construção de uma Educação Geográfica verdadeiramente significativa.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando diferentes estratégias para compreender as percepções dos jovens sobre problemas socioambientais em Maceió/AL e fomentar práticas de cidadania territorial. Três procedimentos metodológicos principais foram utilizados: pesquisa documental, revisão bibliográfica e aplicação do projeto educativo “Nós Propomos” junto a estudantes de uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública do bairro Benedito Bentes, em Maceió.

A pesquisa documental envolveu a análise de documentos oficiais e normativos relacionados à Educação Ambiental, permitindo compreender as diretrizes e políticas que orientam a formação ambiental no país. A revisão bibliográfica concentrou-se em estudos sobre Educação Geográfica e cidadania territorial, fornecendo suporte teórico para a execução das atividades pedagógicas.

O projeto “Nós Propomos, Maceió!” foi desenvolvido em dois encontros de 50 minutos durante as aulas de Geografia. No primeiro encontro, realizou-se uma roda de conversa sobre a história e as transformações do bairro, seguida da apresentação de notícias e discussões sobre problemas socioambientais em Maceió. Os estudantes identificaram desafios locais e, em grupos, produziram painéis temáticos a partir da análise de materiais visuais, como fotografias e mapas antigos e contemporâneos.

No segundo encontro, os alunos elaboraram propostas de soluções para os problemas identificados, utilizando cartolinas e registros fotográficos das questões analisadas. O processo culminou em um momento de reflexão sobre a importância da cidadania territorial entre os jovens.

A temática ambiental no Brasil

As normativas legais relacionadas à Educação Ambiental no Brasil surgiram em um contexto de crescente preocupação global com a degradação ambiental, decorrente de uma relação desequilibrada entre ser humano e natureza. Nesse cenário, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em 1972, reuniu representantes de 113 nações, incluindo o Brasil. O evento resultou na Declaração de Estocolmo, que reconheceu a questão ambiental como um problema global e destacou a necessidade de ações por parte de governos e cidadãos de todo o mundo (Pessoa; Silva; Azevedo, 2022).

A Constituição Federal de 1988, alinhada a essa preocupação, estabelece em seu artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, p. 131). O inciso VI deste artigo determina a obrigatoriedade da promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, reforçando seu caráter formativo e sua importância para a construção da cidadania.

A legislação avança com a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A lei define que a Educação Ambiental é direito de todos e

constitui um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo ser promovida tanto na educação formal quanto na não formal (Brasil, 1999). Reis e Campos (2014, p. 147) esclarecem que:

Lei 9.795/99 (Brasil, 1999), regulamentada pelo Decreto 4.281/02 que instituiu a PNEA, determina que a Educação Ambiental seja tarefa do Ministério do Meio Ambiente – Departamento de Educação Ambiental – em sua organização não formal, e do Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação Ambiental – em âmbito formal.

Isso evidencia que a Educação Ambiental resulta de processos pedagógicos e também de disputas políticas envolvendo sua implementação.

Os objetivos da Educação Ambiental, definidos no artigo 5º da Lei nº 9.795/1999, incluem: desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas relações e fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. Esses objetivos reforçam o caráter interdisciplinar e formativo da temática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 2/2012) orientam para uma prática educativa integrada e interdisciplinar, estabelecendo que a dimensão socioambiental deve ser incorporada aos currículos em todas as etapas da educação básica e superior. Segundo o artigo 16 da resolução:

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações [...] VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.” Esses objetivos evidenciam a dimensão interdisciplinar e cidadã da Educação Ambiental, vinculando-a à formação crítica e participativa dos sujeitos.

Dessa maneira, a Educação Ambiental se articula com a finalidade da educação básica, que visa capacitar os cidadãos para o exercício pleno da cidadania. Como destaca Callai (2018, p. 10), “[...] a educação e a cidadania precisam proporcionar a bagagem conceitual e os recursos necessários para compreender a natureza dos problemas e buscar soluções diante do incerto, do desconcertante”.

Avançando nesse processo, o Conselho Nacional de Educação publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 2/2012), que orientam para uma prática educativa integrada e interdisciplinar. Essa resolução inclui a incorporação de conteúdos de ética socioambiental em cursos de formação inicial, especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, além de estabelecer que a dimensão socioambiental deve ser considerada nos currículos dos profissionais da educação, tanto na formação inicial quanto na continuada (Brasil, 2012).

Sobre a organização curricular, o artigo 16 da Resolução nº 2/2012 estabelece que

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (Brasil, 2012, p. 5).

Não podemos deixar de mencionar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos da educação básica devem desenvolver, garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2017). De acordo com Pessoa, Silva e Azevedo (2022, p. 432), a BNCC destaca a sustentabilidade, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais.

[...] as competências e habilidades relacionadas ao Meio Ambiente devem ser atingidas de forma intencional, dessa maneira, é fundamental a ação docente frente aos alunos, a fim de proporcionar uma formação voltada para uma cidadania eficaz e responsável, capaz de transformar o meio e a realidade na qual está inserido (Pessoa; Silva; Azevedo, 2022, p. 433).

Mais recentemente, a Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, atualiza a Política Nacional de Educação Ambiental, incluindo temas como mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e desastres socioambientais. Essa atualização reflete tanto a luta dos educadores ambientais quanto a urgência de enfrentar os impactos das crises climáticas e socioambientais que afetam diretamente a vida nas cidades brasileiras.

Concluindo, as leis e documentos que regulam a Educação Ambiental no Brasil surgiram em um contexto de emergência ambiental, fruto de uma relação predatória e desequilibrada entre homem e natureza. Garantida pela Constituição Federal de 1988, a Educação Ambiental constitui-se como um componente fundamental para o desenvolvimento dos educandos brasileiros. O Brasil, país com uma das maiores biodiversidades do mundo, precisa garantir o reequilíbrio entre sociedade e natureza para preservar não apenas sua biodiversidade, mas também a sobrevivência das futuras gerações no planeta.

Educação Geográfica e os problemas ambientais

A incorporação da temática ambiental na educação básica responde à necessidade de construir uma cidadania ambiental efetiva, capaz de promover mudanças de comportamento em favor da preservação e conservação da natureza (Pessoa; Silva; Azevedo, 2022). Nesse processo, a Geografia desempenha papel estratégico, uma vez que

estuda as relações entre sociedade e natureza, articulando a compreensão dos processos socioespaciais às questões ambientais.

Santos e Souto (2018, p. 88–89) afirmam que a Educação Geográfica objetiva um processo de ensino-aprendizagem baseado na construção de conhecimentos, visando formar cidadãos capazes de realizar leituras críticas do mundo. Já Castrogiovanni (2007, p. 8) destaca que a Educação Geográfica constitui “a forma de construir instrumentos adequados e necessários para fazer a leitura do mundo a partir do olhar espacial”.

O “olhar espacial” é fundamental para instrumentalizar os estudantes na construção de uma cidadania ambiental consciente, promovendo mudanças de comportamento e criando demanda social por transformações nas estruturas socioeconômicas. Para Callai (2018, p. 10), “a educação e a cidadania precisam proporcionar a bagagem conceitual e os recursos necessários para compreender a natureza dos problemas e buscar soluções diante do incerto”.

A cidadania, nesse contexto, está relacionada à participação na vida coletiva, abrangendo reivindicações por inclusão social, respeito à diversidade e ampliação de direitos (Cavalcanti; Souza, 2014). Assim, a Educação Geográfica, ao articular conhecimentos ambientais e espaciais, contribui para a preservação da natureza, para a melhoria da qualidade de vida e para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Nós Propomos, Maceió como ferramenta para a cidadania

O projeto “Nós Propomos” constitui uma iniciativa inovadora no campo da Educação Geográfica e na promoção da cidadania ativa, ao incentivar os estudantes a investigarem os problemas de seus bairros e proporem soluções viáveis (Souto; Claudino, 2019). Essa abordagem fundamenta-se na ideia de que a educação deve estar vinculada à experiência vivida pelos alunos, permitindo-lhes compreender e transformar sua realidade local.

Em um cenário no qual os desafios ambientais são cada vez mais evidentes, é fundamental que estudos desse tipo estejam alinhados às preocupações socioambientais que afetam as comunidades. Conforme Andrade (1999), os estudos ambientais ganharam ampla aceitação diante da necessidade de compreender os impactos da exploração desordenada dos recursos naturais e da poluição. Essa perspectiva reforça a importância de projetos interdisciplinares como o “Nós Propomos”, que articula Geografia, cidadania e sustentabilidade na busca por soluções para problemas urbanos e ambientais.

A proposta metodológica do projeto envolve a utilização de ferramentas analíticas para a leitura e interpretação do espaço urbano, como cartografia participativa, levantamento de dados empíricos e interação com a comunidade. Dessa forma, os estudantes desenvolvem habilidades como pensamento crítico, argumentação e capacidade de propor soluções—elementos fundamentais para a formação cidadã. Ao trabalhar com a realidade concreta de seus territórios, os alunos identificam problemas ambientais locais, como degradação de espaços públicos, descarte inadequado de resíduos e ausência de áreas verdes, articulando esses desafios com as dinâmicas socioeconômicas que os produzem.

Nesse contexto, Andrade (1999, p. 31) destaca:

Hoje, com a aceitação dos problemas do meio ambiente, quer face à exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceitação e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares (Andrade, 1999, p. 31).

A Geografia, portanto, apresenta-se como um campo essencial para a compreensão das dinâmicas socioambientais e para a formação de uma consciência crítica sobre o espaço. Aliada à Educação Ambiental, permite aprofundar a leitura dos fenômenos ambientais e construir estratégias que contribuam para mitigar seus efeitos.

A implementação do projeto “Nós Propomos” no contexto escolar reforça esse papel ao conectar os estudantes à realidade socioambiental de seus bairros e incentivar a proposição de soluções para os desafios locais. A cartografia social, o levantamento de dados e a análise do espaço urbano permitem que os alunos visualizem concretamente os impactos ambientais e as desigualdades socioespaciais, tornando-se agentes ativos na busca por melhorias para suas comunidades.

O impacto do projeto extrapola o ambiente escolar ao promover a aproximação entre estudantes, moradores e gestores públicos. Ao final das oficinas, os alunos são incentivados a apresentar suas propostas aos representantes da sociedade civil e do poder público, reforçando a importância da participação cidadã na gestão territorial.

A inserção dos estudos ambientais no projeto evidencia que o planejamento urbano deve considerar, além de aspectos econômicos e políticos, a sustentabilidade e a qualidade de vida da população. Dessa forma, o “Nós Propomos” estimula a formação de jovens conscientes da importância do meio ambiente e preparados para atuar de forma crítica na construção de cidades mais justas e sustentáveis.

A oficina no Benedito Bentes

A cidade de Maceió, capital de Alagoas, apresenta desafios socioambientais complexos, que se manifestam de modo mais intenso nas regiões periféricas. O bairro Benedito Bentes, um dos mais populosos da capital, com aproximadamente 120 mil habitantes (IBGE, 2022), simboliza essa realidade: problemas de saneamento básico, coleta de lixo irregular, enchentes recorrentes e ausência de infraestrutura adequada marcam o cotidiano dos moradores. Nesse contexto, o presente artigo analisa a oficina de cartazes desenvolvida no âmbito do projeto “Nós Propomos”, realizada na Escola Estadual Marcos Antônio Cavalcante, situada no bairro.

O projeto, aplicado com estudantes do 3º ano do Ensino Médio, integrou práticas da Educação Ambiental crítica e do Ensino de Geografia, com o objetivo de fomentar a cidadania territorial. Por meio de uma metodologia participativa, baseada na escuta ativa, no protagonismo juvenil e na análise do espaço vivido, buscou-se proporcionar uma aprendizagem significativa, contextualizada e transformadora. Divididos em grupos, os alunos foram estimulados a identificar problemas ambientais de seu entorno, discutir causas e consequências e propor soluções possíveis para a realidade local.

A metodologia se desenvolveu em dois encontros. No primeiro, foram apresentados dados e reportagens sobre os problemas ambientais de Maceió, especialmente do Benedito Bentes, seguidos de uma roda de conversa. Temas como descarte irregular de lixo, entupimento de bueiros, ausência de drenagem urbana e ocupação desordenada do solo foram discutidos. Muitos estudantes relataram já conviver com essas situações, mas nunca haviam refletido criticamente sobre elas. A partir dessa experiência de reconhecimento e pertencimento, foram orientados a registrar os problemas da comunidade por meio de fotos, anotações e relatos orais, que seriam utilizados na confecção dos cartazes.

A oficina, fundamentada em uma abordagem qualitativa e participativa, utilizou metodologias ativas para promover a leitura crítica do espaço vivido e fomentar a cidadania territorial. Os registros fotográficos produzidos pelos próprios alunos funcionaram como instrumento de análise do território, permitindo reconhecer, por meio da imagem, os conflitos ambientais do entorno escolar. A construção coletiva das ideias emergiu nos diálogos em grupo e na elaboração dos cartazes, expressando uma prática colaborativa de sistematização do saber. Tais estratégias alinham-se aos pressupostos da Educação Geográfica Crítica, que compreende os estudantes como sujeitos ativos na transformação do espaço (Callai, 2018; Claudino, 2014; Cavalcanti, 2023, Santos e Souto, 2018).

No segundo encontro, os grupos iniciaram a produção dos cartazes. A intensa troca de ideias marcou o processo: os estudantes compartilhavam propostas, pediam sugestões a

colegas e professores e demonstravam empenho em articular percepções e soluções concretas. O ato de construir os cartazes extrapolou o aspecto estético e se tornou uma experiência pedagógica coletiva, pautada em colaboração, criatividade e engajamento.

Observou-se desigualdade no acesso a materiais: alguns grupos utilizaram imagens impressas, enquanto outros contaram apenas com canetinhas, régua e lápis. Apesar disso, os trabalhos revelaram alto nível de criticidade e criatividade. Temas como saneamento precário, acúmulo de lixo em terrenos baldios, ausência de áreas verdes e alagamentos recorrentes foram centrais. A Equipe 1 destacou a necessidade de ampliar a coleta seletiva, sugerindo a instalação de contêineres em pontos estratégicos e maior regularidade na coleta. Já a Equipe 2 enfatizou a preservação das áreas verdes, defendendo sua relevância para o equilíbrio ecológico, o lazer comunitário e a mitigação do calor urbano.

Figura 1 - Produção dos cartazes pelas equipes



Fonte: Acervo dos autores.

Essas discussões conectam-se diretamente aos princípios da Educação Ambiental crítica (Lei nº 9.795/1999) e às diretrizes da BNCC, que valorizam o pensamento científico, a responsabilidade socioambiental e a participação cidadã. A Geografia, nesse contexto, assume papel fundamental como ciência mediadora entre o natural e o social, possibilitando que os estudantes compreendam as dinâmicas espaciais e as contradições do território.

Segundo o SNIS (2021), 28% da população de Maceió não possui acesso à coleta de esgoto, e menos de 5% do esgoto produzido é tratado. No Benedito Bentes, a situação é crítica: a ausência de tratamento e o escoamento irregular contaminam solo e águas pluviais, agravando riscos à saúde pública. Durante a oficina, os alunos identificaram diversos pontos com esgoto a céu aberto e fossas estouradas, especialmente perigosos em

períodos chuvosos. Relatos dos estudantes confirmaram que tais dados não são apenas números, mas experiências cotidianas, associadas a odores desagradáveis, fossas transbordando e ineficiência das ações públicas.

Outro problema recorrente foi a mobilidade urbana associada aos alagamentos. A falta de drenagem adequada faz com que chuvas, mesmo moderadas, provoquem inundações que dificultam o acesso à escola, ao comércio e ao transporte. Relatório da Defesa Civil (2023) aponta o Benedito Bentes entre os cinco bairros com maior número de ocorrências de alagamentos e deslizamentos, sobretudo em áreas de encosta. Nos cartazes, os estudantes não apenas denunciaram tais problemas, mas também propuseram mutirões de limpeza, campanhas de conscientização e criação de canais comunitários de denúncia.

Figura 2 - Cartaz da Equipe 1



Fonte: Acervo dos autores

Figura 3 - Cartaz da Equipe 2



Fonte: Acervo dos autores.

A experiência da oficina mostrou que os estudantes passaram a enxergar os problemas do bairro de forma crítica, compreendendo-os como fruto de desigualdades históricas e omissões do poder público, e não como situações “naturais”. Esse reconhecimento é essencial para a cidadania territorial. Além disso, as juventudes apresentaram uma leitura sensível do território, que incorporou dimensões éticas e afetivas, aspecto defendido por Claudino (2014) e Callai (2018), para quem a formação de sujeitos ativos requer compromisso com o lugar vivido.

Questionários aplicados ao final da oficina confirmaram o impacto positivo da atividade. A maioria afirmou desejar transformar as propostas em ações concretas, como campanhas, eventos comunitários e cobranças aos órgãos públicos. Um dos alunos escreveu: “Acho que o projeto só vai mudar alguma coisa se alguém levar ele pra frente de verdade. Se não, vai ficar só bonito no papel”. Essa fala sintetiza o espírito do projeto e aponta para a necessidade de continuidade, articulação com políticas públicas e engajamento escolar.

Os resultados indicam que a oficina de cartazes não apenas cumpriu sua função pedagógica, mas também extrapolou os muros da escola, mobilizando afetos, críticas e proposições. Os estudantes demonstraram capacidade de pensar seu bairro de forma sistêmica, relacionando meio ambiente, saúde, urbanização e cidadania. Mesmo diante de

limitações materiais, a atividade mostrou que processos educativos transformadores podem ser construídos quando fundamentados em metodologias dialógicas e emancipadoras.

Como recomendações, sugere-se ampliar o tempo destinado às oficinas, apoiar os alunos que enfrentam dificuldades de acesso a imagens, valorizar as propostas em eventos de culminância com a comunidade e articular parcerias institucionais. Além disso, estimular a continuidade das ações por meio de clubes ambientais, campanhas educativas e projetos interdisciplinares fortalece o vínculo entre escola e território. Por fim, a experiência reforça que a Educação Geográfica transformadora atua diretamente na formação crítica dos estudantes e no fortalecimento da cidadania territorial, articulando teoria, vivência e ação (Castrogiovanni, 2017; Souto; Claudino, 2019).

Considerações finais

A experiência foi desenvolvida por meio do projeto “Nós Propomos, Maceió!” evidenciou que a articulação entre Educação Geográfica e Educação Ambiental é essencial para o fortalecimento da cidadania territorial. Ao se engajarem na identificação de problemas socioambientais do bairro Benedito Bentes, os estudantes passaram a perceber as desigualdades e precariedades urbanas de forma crítica, compreendendo que situações como alagamentos, acúmulo de lixo e ausência de áreas verdes resultam de decisões políticas e sociais, e não de processos naturais.

Os registros produzidos, como cartazes e fotografias, revelaram a sensibilidade e o olhar reflexivo dos alunos sobre seu território, permitindo-lhes articular causas, consequências e possíveis soluções para os problemas identificados. Esse processo demonstrou que, ao relacionar conhecimento geográfico com a realidade vivida, os estudantes internalizam a responsabilidade cidadã e desenvolvem habilidades de análise crítica, colaboração e proposição de ações concretas para melhorar o espaço urbano.

Assim, o estudo reforça a importância de metodologias participativas e projetos educativos que valorizem a percepção dos jovens sobre os problemas socioambientais, promovendo aprendizagens significativas e engajamento comunitário. Ao conectar teoria e prática, conhecimento e ação, iniciativas como o “Nós Propomos” contribuem para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar na construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2017. 576 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Edição administrativa do Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023b. 64 p.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.926, de 5 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114926.htm>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CALLAI, H. C. Educação Geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, v. 1, n. 70, p. 9-30, set. 2018.

CASTROGIOVANNI, A. C. [et al.]. **Ensino da Geografia**: Caminhos e encantos. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. 110 p.

CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. A formação do professor de Geografia para atuar na educação cidadã. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 494, p. 01-17, dez. 2014.

CLAUDINO, S. **Cidadania territorial e Ensino de Geografia**. Goiânia: Signos Geográficos, 2014.

DEFESA CIVIL DE MACEIÓ. **Relatório de Ocorrências Pluviais – 2023**.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **Panorama de Maceió**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbetes interdisciplinaridade. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/interdisciplinaridade/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

MORAES, S. E. Interdisciplinaridade e transversalidade mediante projetos temáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 38-54, maio/dez. 2005.

PESSOA, L. C. Teixeira; SILVA, M. Márcio T da; AZEVEDO, A. D'Arc M. de. A Educação Ambiental e os documentos oficiais da educação básica: uma abordagem interdisciplinar à luz da BNCC. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 4, p. 425-445, 2022.

PREFEITURA DE MACEIÓ. Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, 2023.

SANTOS, M. F. P. dos.; SOUTO, G. X. M. A Educação Geográfica em Construção. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 31, v. 1, n. 46, p. 79-113, 2018.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico** – 2021.

VELASCO, I. R. et al. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na realidade da prática docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 7., 2020, Maceió. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68761>>. Acesso em: 25 out. 2022.

Como citar:

ABNT

SILVA, S. N. da; SANTOS, L. G. L.; SANTOS, M. F. P. dos. Educação Geográfica e Ambiental: estratégias educativas para o exercício da cidadania territorial em Maceió/AL. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 01, e28380, 2025. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e28380>>. Acesso em: 16 dez. 2025.

APA

Silva, S. N. da, Santos, L. G. L., & SANTOS, M. F. P. dos. Educação Geográfica e Ambiental: estratégias educativas para o exercício da cidadania territorial em Maceió/AL. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 01, e28380, 2025. Recuperado em 16 dezembro, 2025, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e28380>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2025, Universidade Federal do Maranhão.

